

1 Aos treze (13) dias do mês de fevereiro do ano de 2019, às 09h00min, reuniram-se os membros do Comitê da  
2 Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande (CBHVG), no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas  
3 Gerais (FIEGM) Regional Norte, situado na Av. Deputado Esteves Rodrigues, 1.489, Vila Brasília, Montes  
4 Claros/MG. **Participaram os seguintes representantes titulares:** Dirceu Colares de Araújo Moreira  
5 (Presidente) – FAZENDA LAGOÃO, Glauber Vieira de Oliveira (Vice residente) – INEMA/BA; Maria Socorro Mendes  
6 Almeida Carvalho (Secretária) – DNOCS; Ricardo Carreiro Neto (Secretário Adjunto/Gorutuba) – Distrito de  
7 Irrigação do Perímetro Gorutuba (DIG); Rafael Macedo Chaves – IBAMA; Iran Douglas da Silva – SEMAD/SUPRAM  
8 Norte; Wesley Mota França – IGAM; Davi Pereira de Oliveira Júnior - POLÍCIA MILITAR de Meio Ambiente de  
9 Minas Gerais; Sérgio Oliveira Azevedo – EMATER; Juliana Lucas Correia – Prefeitura Municipal de VERDELÂNDIA;  
10 Rodrigo Dhryell Santos – PREFEITURA Municipal de GLAUCILÂNDIA; Horácio Cristo Barbosa – UNIÃO DA SERRA  
11 GERAL; Mônica Maria Ladeira – COPASA; Alexander Amarante Lopes – COPASA/Janaúba; Laila Tupinambá Mota  
12 – FIEMG; João Damásio Frota Machado Pinto – FAZENDA AGUAPÊ; Gustavo Wagner Drummond Lage – BANARICA  
13 Ltda/Fazenda Boa Esperança/Fazenda Santana; Ari Teodoro de Oliveira – ESTÂNCIA DAS AROEIRAS; Luís  
14 Henrique Garcia – Irrigação e Uso Agropecuário; Margareth de Jesus Neves de Oliveira – ASSOC. DE DESENV.  
15 COM. DE SANTA CRUZ E ADJACÊNCIAS; Maria de Lourdes Silva Rodrigues – ONG PRISMA. **Participaram os**  
16 **seguintes representantes suplentes:** Domênico Morano Júnior Getúlio – CODEVASF; João Batista Ribeiro da  
17 Silva Reis – EPAMIG; Luciano Cloves da Fonseca – Fazenda Esperança; e **no exercício de titularidade:** Geraldo  
18 Agostinho Dias – COPASA/Jaíba; Roberto de Miranda – SAAE Francisco Sá; Náira Sanna Marques – Mineração  
19 Riacho dos Machados; Juvenal Mendes de Oliveira – Sindicato dos Produtores Rurais de Montes Claros; Carlos  
20 Magno Santos Clemente – Faculdade Guanambi. **Justificaram ausência:** Clarissa Bastos Dantas – IGAM; Zoraya  
21 Guerra David França – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO; Tatiany Cerqueira Novais Santana –  
22 PREFEITURA MUNICIPAL DE IUIU; Antônio Carlos Câmara Júnior – COPASA; José Carlos de Oliveira –  
23 COPASA/Porteirinha; Juliana Ferreira de Santana Aranha Martins – SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS  
24 DE URANDI; Sônia de Fátima Reis – CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE RIO DAS PEDRAS e  
25 Carlos Santos Gonçalves – ASSOC. DOS PEQUENOS PRODUTORES CABECEIRA E RAIZ de URANDI. **Participaram**  
26 **os seguintes convidados:** Talita Aguiar Elisei e André Viana Melo – MINERAÇÃO RIACHO DOS MACHADOS;  
27 Jannynne Márcia Amorim Silva – AGÊNCIA PEIXE VIVO/CBH VERDE GRANDE; Antônio Waldir Nunes e Adílio  
28 Teixeira da Silva – Secretaria de Meio Ambiente de Jaíba; Alexander Oliveira (coordenador Estadual) e Dieysson  
29 Alkimin Oliveira (Engenheiro) - DNOCS; Roberto Luiz Botelho (Superintendente) – COPASA; José Dias Godrim –  
30 EMATER/MG; Núbia Primo – Jornalista; Hermínio Martins, Waldinei dos Santos, Pedro Antunes e Antônio Silveira  
31 – CÂMARA MUNICIPAL DE PORTEIRINHA/MG; Sérgio Nassau – AMAMS; Aécio José dos Santos, Lucilene Almeida  
32 Ferreira e Joélica Santos Barbosa – CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG; Eduardo Gomes de Assis –  
33 Instituto Grande Sertão (IGS); Vítor Lages – HIDROBR Soluções Integradas; Flávia Mendes – AGÊNCIA PEIXE  
34 VIVO (AGPV); Girleno Alencar – Jornalista; Willian César Ireto – CBH JEQUITAIÁ/PACUÍ; Clésio Cândido de Amaral  
35 (Superintendente)– SUPRAM/NM; Tânia Dias – ANA; Daniel P. Ardisson (Promotor) – Ministério Público de Minas  
36 Gerais; Manoel Freitas (Jornalista) – Jornal O Norte; Marcelo Malheiros Cerqueira (Procurador) – Ministério Público  
37 Federal; Alexandre Gonçalves (Engenheiro) – CPT/Diocese Montes Claros; Francisco Machado - CODEVASF; Cyro  
38 Moreira; Leonardo Daniel Martins e Gilson Márcio Brito – PREFEITURA DE RIACHO DOS MACHADOS/MG; Adauri  
39 Cordeiro – CÂMARA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG. Verificado o quórum, o Presidente Dirceu Colares **INICIOU a**  
40 **REUNIÃO** dando boas-vindas aos presentes. Na sequência, explanou sobre os informes contidos em pauta.  
41 Quanto ao **MARCO REGULATÓRIO** explanou sobre as variações ocorridas em determinado período no rio,  
42 informando também que este assunto foi objeto de discussões na Câmara Técnica Consultiva (CTC) do CBH Verde  
43 Grande em sua reunião ordinária no dia anterior, na qual foi **constituído um grupo de trabalho (GT) para**  
44 **estudar esses dados** e direcionar as tomadas de decisão do Comitê. A seguir, Dirceu falou também sobre as  
45 **DENÚNCIAS** recebidas pelo Comitê referentes aos **RESERVATÓRIOS CONSTRUÍDOS PELO GRUPO**  
46 **PLANTAR S/A EM NASCENTES DOS RIOS SARACURA E JURAMENTO**, informando que o **Comitê se propôs**  
47 **a buscar informações junto a EMATER, IBAMA e o Grupo de Denúncias Ambientais e trazê-las para**  
48 **discussão na CTC**, a fim de se ter maior compreensão do assunto. Logo após, ele discorreu sobre a questão dos  
49 **“SUMIDOUROS EM JAÍBA/MG”** e a proposta apresentada pela ANA de **esvaziamento da antiga barragem**  
50 **da COPASA (em desuso)** como uma das soluções para minimizar a perda de água no leito do rio. Dirceu  
51 acrescentou que esse assunto também foi discutido na reunião da CTC mencionada acima e que é **preciso saber**  
52 **da COPASA a real situação desta barragem**. César Luiz, representando a Câmara Municipal de Jaíba e a ONG  
53 Amigos do Rio Verde, esteve na reunião e propôs articular junto à população de Jaíba sobre a aceitação da  
54 proposta. Informou também aos presentes sobre apresentação do Manual Operativo do Plano de Recursos  
55 Hídricos (**MOP**) que é um documento-síntese do Plano de Recursos Hídricos (PRH) da bacia do rio Verde Grande  
56 no qual são elencadas ações prioritárias a serem executadas na bacia. O MOP será desenvolvido pela empresa  
57 HIDROBR, vencedora da licitação. Por fim, Dirceu explanou ainda sobre o Termo de Referência (**TDR**) dos  
58 **ESTUDOS sobre INCREMENTO DE OFERTA HÍDRICA**, apresentados à CTC pela assessoria técnica, da AGBPV,  
59 Flávia Mendes. Dirceu encerrou sua fala, pedindo aos presentes que cada um se apresentasse dizendo o nome e





## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE



ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA realizada no dia 13 de fevereiro de 2019

Montes Claros/MG

60 instituição que representam. Feito isso, a Secretária do CBHVG, Sra. Maria Socorro, tomou a palavra e após  
61 agradecer a todos pela presença, informou que o quórum fora atingido. Ela colocou para apreciação do plenário  
62 as ATAS das Reuniões Extraordinárias que ocorreram no dia 05.12.2018, as quais foram enviadas previamente  
63 aos membros, via e-mail, para contribuições. Não havendo manifestação, nem oposição as atas foram aprovadas  
64 por unanimidade. Logo após, Maria Socorro propôs uma INVERSÃO DE PAUTA em face do pedido do Promotor de  
65 Justiça, Coordenador Regional das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente das Bacias do Rio Verde  
66 Grande e Pardo, Dr. DANIEL PIOVANELLI, que necessitava ausentar-se para cumprir compromisso previamente  
67 agendado. **O PLENÁRIO APROVOU A INVERSÃO DE PAUTA.** Convidado pela Secretária a se manifestar, Dr.  
68 Daniel iniciou sua **APRESENTAÇÃO (MP)** agradecendo à Diretoria do CBH Verde Grande (CBHVG) pelo convite  
69 e oportunidade de pronunciar-se sobre as ações e competências do Ministério Público quanto a **SITUAÇÃO ATUAL**  
70 **DAS BARRAGENS DO NORTE DE MINAS** (tema da reunião), em especial sobre as barragens (de perenização) da  
71 **CAATINGA** e a de **REJEITOS DA MINERADORA RIACHO DOS MACHADOS**. Na sequência, pontuou que, no final do  
72 ano de 2017, conjuntamente, os Ministérios Público Estadual e Federal ajuizaram uma ação (Processo nº  
73 1000559-04.2017.4.01.3807) requerendo ao INCRA execução de obras emergenciais na **BARRAGEM DA**  
74 **CAATINGA**, em razão de diversas falhas estruturais apresentadas em relatórios por alguns órgãos, dentre eles  
75 do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e da SUPRAM/NM. Ressalta que a ação não visava o descomissionamento  
76 da barragem, e sim a adoção de medidas que minimizassem os riscos de possíveis rompimentos. Informa ainda  
77 que após oitiva de representantes do INCRA o Juiz de Direito concedeu a **LIMINAR**, mas que as medidas  
78 "impostas" ainda não foram cumpridas. Informou também que no dia 31 de janeiro do presente ano o MP recebeu  
79 comunicado do INCRA informando sobre a decisão de descomissionar a barragem sob a alegação de que não tem  
80 competência pertinente a barramentos e que por anos vem tentando ceder a operação da barragem para outras  
81 entidades federais, estaduais ou municipais e nenhum órgão demonstrou interesse. Dr. Daniel, relembrou aos  
82 presentes que o MPE não tem competência de ordenar a um órgão federal que opere uma barragem, até porque  
83 ele não possui corpo técnico para tal e que as obras emergenciais deveriam ser executadas obrigatoriamente  
84 havendo ou não o descomissionamento da barragem. A seguir entrevistou Dr. Marcelo Malheiros (Procurador  
85 representante da Procuradoria da República de Montes Claros (MPF) informando que desde que a ação foi  
86 ajuizada, o MPF vem dialogando com o INCRA, o qual sempre alega que não tem condições de operar a barragem,  
87 nem mesmo de executar as obras que estão sendo demandadas. Então, segundo ele, foi agendada uma audiência  
88 de conciliação para o próximo dia 20, a partir da qual será tentada uma decisão definitiva, já que o prazo da  
89 liminar expirou. Retomando a palavra o Dr. Daniel (MPE) informou que caso fique definido o descomissionamento  
90 da barragem da **CAATINGA**, esse processo será acompanhado pelo MPE com vistas a avaliar, principalmente, o  
91 prejuízo que isso acarretará em termos de abastecimento para as populações ribeirinhas. Ao finalizar as  
92 informações quanto a Barragem da **CAATINGA**, o Dr. Daniel abre a oportunidade para contribuições e  
93 questionamentos; usando do espaço o Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Jequitai e Pacuí  
94 (CBHSF6), Sr. Willian César, informou que em reunião do MP com o INCRA e representantes de outros órgãos foi  
95 manifestado por todos, de forma unânime, o desejo de não esvaziamento da barragem da Caatinga, todavia  
96 prossegue: o INCRA parece querer impor essa medida, sem discutir nenhuma alternativa, apesar de nesta mesma  
97 reunião de ter se comprometido a elaborar projeto para reparação da estrutura da represa via Termo de  
98 Ajustamento de Conduta (TAC), por isso afirmou estar perplexo com a decisão unilateral do INCRA de  
99 esvaziamento da barragem, mas entende que a decisão não eximirá o órgãos de reparar ambientalmente a  
100 região, onde se observa elevado grau de erosão do solo e assoreamento dos mananciais. Conclui dizendo que o  
101 CBH Jequitai/Pacuí continuará acompanhando o processo esperando um desfecho que privilegie o meio ambiente,  
102 pois toda essa água limpa não pode ser desperdiçada, haja vista a crise hídrica porque passa o Norte de Minas,  
103 uma das maiores da história. Na sequência **JUVENAL MENDES** questiona o promotor Dr. Daniel se o  
104 descomissionamento não caracteriza crime ambiental já que a biota aquática ali presente será destruída. Dr.  
105 Daniel respondeu que a infraestrutura da barragem "está tão comprometida que se não houver a diminuição do  
106 seu volume, as muitas famílias que ali residem poderão estar com suas vidas em risco. Neste momento, o Dr.  
107 Marcelo Malheiro interveio dizendo que o MP esgotou seus recursos de atuação, pois mesmo com a decisão liminar  
108 o INCRA permanece inerte frente às intervenções a serem feitas na barragem. E caso assim permaneça, medidas  
109 inerentes a improbidade administrativa, serão tomadas. Concluído esse ponto, Dr. Daniel, colocou a  
110 Coordenadoria Regional das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente das Bacias do Rio Verde Grande  
111 e Pardo à disposição dos presentes e voltou a reafirmar que o MP não é órgão fiscalizador de barragens cabendo,  
112 pois, ao mesmo, usar dos instrumentos legais para conduzir as decisões. Na sequência passou a discorrer sobre  
113 a **BARRAGEM de REJEITOS DA MINERADORA RIACHO DOS MACHADOS (MRDM)**, sobre a qual o MP, desde 2011,  
114 acompanha o licenciamento, bem como a avaliação da qualidade hídrica e eficiência da contenção dos rejeitos.  
115 Mais uma vez, Dr. Daniel ressaltou que não cabe ao MP dar laudos de estabilidade de uma barragem e que hoje  
116 tal atribuição é desempenhada pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Todavia, prossegue, atendendo ao  
117 princípio ambiental da "Precaução", o MP convocou a MRDM para assinar dois TACs um relacionado à interferência  
118 das partículas do pó da mineração na saúde respiratória de moradores de duas comunidades próximas e de

Secretaria Executiva do CBH-Verde Grande

Site: [www.verdegrande.cbh.gov.br](http://www.verdegrande.cbh.gov.br) – E-mail: [cbhverdegrande@gmail.com](mailto:cbhverdegrande@gmail.com)



119 contaminação hídrica do PA 30 e outra comunidade circunvizinha. Essas medidas adotadas nos TACS serão  
120 acompanhadas pela empresa de Plano de Saúde e pela Secretária de Saúde do município aos moradores para  
121 verificar se há ocorrência de doenças respiratórias ou gastrointestinais. Com relação ao outro TAC, também será  
122 feita avaliação da água que atende às comunidades e havendo contaminação, mediante a apresentação dos  
123 laudos, a MRDM deverá providenciar outro poço de abastecimento para a comunidade, com qualidade hídrica  
124 igual ou superior ao posto fechado. Além disso, informou que o MP recebeu duas denúncias anônimas, uma  
125 levantava a hipótese da cota da barragem estar sendo excedida e outra foi apresentada recentemente por uma  
126 pessoa que disse já ter trabalhado na barragem e percebeu que houve menos cuidado na compactação do solo  
127 quando do último alteamento, solicitando ao MP que intercedesse junto à ANM para fiscalização mais apurada a  
128 fim de averiguar a procedência da denúncia. Enfatizou o acompanhamento do trabalho de fiscalização da  
129 SUPRAM/NM concernentes ao licenciamento da barragem e à fiscalização da ANM com relação a estabilidade e  
130 condições de operação da mesma e em se constatando irregularidade na fiscalização, o promotor regional poderá  
131 acionar a Coordenadoria para atuar no caso. Dr. Daniel fez questão de enfatizar que a MRDM sempre foi bastante  
132 solícita aos chamamentos do MP, demonstrando abertura para diálogo e esclarecimentos. A seguir, um presente,  
133 não identificado indagou o Promotor quanto à contaminação dos poços tubulares, informando que foi mencionado  
134 em audiência pública, com o Promotor Lucas, na cidade de Montes Claros, que a MRDM apresentou contraprova  
135 demonstrando a normalidade dos laudos. O Presente contesta a confiabilidade dos resultados (laudos), já que a  
136 empresa contratada para fazer essa averiguação chegou na reunião com o carro da mineradora. Outra  
137 manifestação feita pelo presente foi a de que a MRDM não assiste devidamente as COMUNIDADES DE RIBEIRÃO  
138 E GOIABEIRAS que antes eram abastecidas pelo rio Ipiranga, o qual era perene, mas que teve sua vazão  
139 comprometida pelas atividades de escavação da Mineradora. Ele afirmou ainda que essas comunidades, tiveram  
140 que buscar recursos junto ao IDENE para abrir poços artesianos, caso contrário ficariam sem água, inclusive para  
141 consumo. Respondendo à pergunta do presente, o Dr. Daniel lembrou que toda atividade humana provoca  
142 impactos ambientais e que no Licenciamento já existem medidas para minimizar tais impactos, os quais existem  
143 como forma de condicionantes para a permissão de instalação e operação do empreendimento. Nesse caso,  
144 deve-se provocar o órgão licenciador para verificar a procedência das reclamações quando da renovação da  
145 licença do empreendimento, podendo a mesma ser caçada, caso se observem inconsistências. A seguir, Sérgio  
146 Nassau, representante da Associação do Mineira dos Municípios da Área da SUDENE (AMAMS), questionou ao  
147 Promotor se o MP está monitorando os laudos de qualidade da água do rio São Francisco, uma vez que existe  
148 preocupação da população que está abaixo da represa de Três Marias, como a da cidade de Pirapora/MG, diante  
149 do iminente risco de contaminação por rejeitos de mineração que atingiram o rio Paraopeba, em face do  
150 rompimento da Barragem da Mina do Feijão, na cidade de Brumadinho. Dr. Daniel ressaltou mais uma vez que o  
151 MP não é órgão regulador e, por isso, não tem a função de auditar a qualidade da água dos rios, todavia, em  
152 havendo conflitos e se provocado, atuará juridicamente. A seguir, Horácio Cristo, representante da União Serra  
153 Geral, perguntou ao Promotor e ao Sr. Clésio Amaral, Superintendente da SUPRAM Regional Norte, se eles têm  
154 conhecimento que laudos do INSTITUTO PRISTINO que atestaram altos níveis de arsênio, cianeto e outros metais  
155 pesados capazes de contaminar a barragem do Bico da Pedra, que é o grande corpo de água de sustento e  
156 desenvolvimento de Janaúba e região. Dr. Daniel informou que o MP não foi notificado quanto ao caso, mas que  
157 mediante apresentação do laudo o MP tomará as medidas pertinentes. A seguir, o Sr. Roberto Botelho, informou  
158 que a COPASA está realizando análises específicas semestralmente para verificar a presença de contaminantes  
159 na barragem Bico da Pedra, conforme orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sobre o assunto, o  
160 Sr. Clésio Amaral disse que os laudos apresentam resultados contraditórios e que os mesmos foram  
161 encaminhados à gerência de águas contaminadas da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) que solicitou  
162 a Mineradora uma série de estudos complementares para verificar se há contaminação e qual a sua origem.  
163 Finalizou dizendo que a FEAM dará o laudo conclusivo em prazo ainda não estabelecido. Em seguida, a Sra.  
164 Mônica Ladeia, membro do CBH Verde Grande, questiona ao Dr. Daniel se ele tem conhecimento das denúncias  
165 de barramentos construídos pelo Grupo Plantar S/A, na região de Juramento. Ele informou que o Conselho  
166 Estadual de Política Ambiental (COPAM) encaminhou para o MP uma denúncia sobre o porte de captação do  
167 empreendimento e está averiguando o licenciamento desses barramentos artificiais, bem como se as obras estão  
168 provocando impactos nos rios da região. Dr. Daniel informou ainda que o COPAM está discutindo as consequências  
169 da expansão de grandes empreendimentos no Norte de Minas. Com base nisso, o Estado suspendeu novas  
170 concessão em áreas de Mata Atlântica para empreendimentos agrossilvipastoris, por entender os significativos  
171 impactos que têm causado à região. Logo após, O SR. RAFAEL CHAVES, analista ambiental do IBAMA, iniciou a  
172 apresentação sobre o panorama geral das barragens do Norte de Minas, mostrando um mapa da localização e  
173 tipos de barragens que ocorrem no estado, com enfoque para a região norte-mineira. Logo após, Rafael expôs  
174 aos presentes, dois relatórios sobre a barragem da Caatinga, sendo um produzido pela CEMIG e outro pelo IBAMA.  
175 Apesar de ambos serem do ano de 2010, já atestavam graves problemas na infraestrutura da barragem,  
176 especialmente pela presença de grandes focos erosivos e deficiência de drenagem, o que segundo os laudos,  
177 compromete significativamente a estabilidade da represa. Rafael explicou que a barragem foi construída na



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE



ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA realizada no dia 13 de fevereiro de 2019

Montes Claros/MG

178 década de 70 para atender a irrigação do empreendimento Industrial Malvina, de produção de açúcar e álcool.  
179 Possui 1.300 metros de comprimento, 15 metros de altura e 5 km de extensão, no município de Bocaiúva e  
180 Distrito de Engenheiro Dolabela. Com o fechamento do empreendimento e a instalação de um dos maiores, senão  
181 o maior Projeto de Assentamento – PA Betinho, a manutenção e monitoramento da barragem que possui  
182 capacidade de armazenar 26 milhões de m<sup>3</sup> de água, ficou a cargo do INCRA. Rafael pontuou ainda, que duas  
183 obras foram feitas na barragem: um vertedouro que serve de escoamento de toda a área da barragem e o  
184 rebaixamento da crista da barragem. As obras foram motivadas, após um evento de erosão que carrou grande  
185 quantidade de terra para o rio Jequitai, comprometendo a qualidade da água. Rafael prosseguiu mostrando  
186 diversos problemas estruturais do barramento, com destaque para a deficiência na descarga de fundo, que  
187 provocou a erosão do pé do talude da barragem, devido ao descontrole da saída de água. Por isso, segundo  
188 pontuou, existe uma grande preocupação quando o INCRA diz que irá fazer o descomissionamento da barragem,  
189 uma vez que isso pode provocar o assoreamento do rio Jequitai. Ele concluiu recomendando que, como constam  
190 nos relatórios, é urgente que se faça reparos no extravasor da barragem, em sua comporta de fundo, permitindo  
191 o retorno da operação do sistema de controle de saída de água através da estrutura de escoamento ali instalada;  
192 obras de contenção de águas da vazante do rio Jequitai; enrocamento dos taludes de montante e de jusante do  
193 barramento; obras de canalização do vertedouro lateral da barragem; impedimento do trânsito de animais e  
194 licenciamento ambiental corretivo do PA Betinho, assentamento composto por cerca de 760 famílias, as quais  
195 seriam diretamente afetadas em caso de ocorrência de algum sinistro na estrutura do barramento. O Sr. Roberto  
196 Miranda, representante do SAAE Francisco Sá, salientou aos presentes sobre o quanto o Norte de Minas é carente  
197 de barramentos que aumentem a oferta hídrica da região, portanto o Comitê juntamente com os diversos órgãos  
198 gestores ali representados, devem impedir que o descomissionamento da barragem da Caatinga seja efetivado.  
199 A seguir, Clésio informou que o INCRA foi notificado mais de uma vez para atender as solicitações do processo  
200 de licenciamento ambiental, mas até o momento ele não atendeu à solicitação. Ele disse concordar com o Rafael  
201 sobre os riscos inerentes ao descomissionamento da barragem e reforçou ainda que atualmente o responsável  
202 pela fiscalização de barragens de água estaduais é o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), por meio de  
203 sua Gerência de Infraestrutura de Recursos Hídricos e Hidráulicos. Ele acrescentou também que já recebeu do  
204 MP notificações sobre as barragens de Salinas, Canela e Bananal, todas as três estão localizadas na região de  
205 Salinas/MG, as quais deverão ser fiscalizadas nos próximos 15 dias pelo IGAM. Clésio mencionou ainda, que em  
206 2014 todos os empreendedores de barragens foram chamados para fazer cadastro e poucos atenderam ao  
207 chamamento. O IGAM fez novos autos de infração, e abriu novo prazo até abril de 2019 para esse cadastramento.  
208 Segundo Clésio, o IGAM faz estimativa de que há um total de 80 barragens de grande porte no Norte de Minas.  
209 A seguir, **RAFAEL MACEDO, INICIOU SUA APRESENTAÇÃO SOBRE A MRDM**, mostrando a localização do  
210 empreendimento e destacando o risco de o mesmo estar localizado à montante do maior manancial de  
211 abastecimento de água do Norte de Minas, a barragem Bico da Pedra, localizada em Janaúba/MG. Ele mencionou  
212 ainda que o IBAMA participou de todo o processo de licenciamento do empreendimento que, segundo ele,  
213 aconteceu de forma atropelada, pois o Governo do Estado de Minas Gerais concedeu as Licenças Prévia e de  
214 Instalação (*ad referendum*) e que as atividades de operação foram iniciadas mediante Autorização para Operação  
215 (APO) e não Licença de Operação. Resumiu dizendo que as três fases do Processo de Licenciamento foram feitas  
216 politicamente em desconsideração a primícias importantes. Disse também que após a início das atividades de  
217 mineração formou-se um Grupo de Trabalho constituído pelo IBAMA, Pastoral da Terra e Centro de Agricultura  
218 Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM), dentre outras instituições, as quais passaram a exigir medidas para  
219 mitigar os impactos ambientais e sociais, uma vez que o mesmo já estava em operação. Uma das medidas  
220 exigidas foi a instalação de uma manta para impermeabilização da bacia de rejeitos, a qual visa reduzir os riscos  
221 de contaminação do solo e lençol freático. Outra observação feita por Rafael foi de que a MRDM concluiu seu  
222 Plano de Ações Emergenciais (PAE) após a instalação e início da operação e que o mesmo não contemplava um  
223 plano de abastecimento. Segundo ele o manancial do qual captava água secou e então a Mineradora passou a  
224 abrir vários poços tubulares sem autorização legal e outorga de captação. Rafael concluiu sua apresentação  
225 relatando outros problemas observados atualmente no empreendimento: existência de focos erosivos com  
226 carreamento de sólidos na barragem; talude desnudado com riscos de desmoronamento; trânsito de pessoas  
227 em áreas de risco; comunidades a jusante sofrem com a partículas de poeira provenientes das detonações das  
228 rochas e, ademais, a maioria dessas pessoas não tem conhecimento de que estão na pluma de dispersão do  
229 rejeito em caso de rompimento da barragem. Na sequência, Posteriormente, **O SR. ROBERTO BOTELHO, SUPERINTENDENTE REGIONAL DA COPASA, INICIOU SUA APRESENTAÇÃO SOBRE AS BARRAGENS DA COPASA NA BACIA DO RIO VERDE GRANDE** trazendo um histórico das legislações que regula a segurança e  
230 funcionamento de barragens, desde o Código de Hamurabi (Babilônia, 2000 anos a. C.) até a lei 12.334/2010  
231 que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens, a qual traz a classificação das barragens feita a  
232 partir de uma matriz que relaciona a Categoria de Risco X Dano Potencial Associado. De acordo com essa  
233 classificação, barramentos com dano alto devem passar por inspeções regulares e revisões de segurança, bem  
234 como possuir, obrigatoriamente, um Plano de Ação de Emergência – PAE. Roberto mencionou também que a





## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO VERDE GRANDE



ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA realizada no dia 13 de fevereiro de 2019

Montes Claros/MG

237 COPASA possui SOB SUA RESPONSABILIDADE DUAS BARRAGENS NA BACIA DO RIO VERDE GRANDE, A  
238 BARRAGEM DE JURAMENTO E A BARRAGEM DE VIAMÃO (em construção), localizada no município de MATO  
239 VERDE/MG. Quanto à segurança das barragens, Roberto pontuou que a COPASA possui uma equipe envolvida  
240 nos sistemas operacionais de cada uma de suas barragens que fazem a leitura dos instrumentos e promovem a  
241 manutenção dos taludes e crista com capina, limpeza das canaletas de drenagem, remoção de arbustos,  
242 formigueiros e cupinzeiros, além de contratação de serviços técnicos de engenharia em auditoria, gestão de riscos  
243 e segurança de barragens. Ele acrescentou ainda que a instrumentação utilizada para inspecionar, manter e  
244 monitorar a barragem de Juramento são: piezômetros pneumáticos, placas de recalque, medidores de nível de  
245 água, marcos superficiais de deformação, piezômetros de galeria e medidores de vazão. Os mesmos recursos  
246 serão utilizados na barragem de Viamão. Roberto mencionou também que a COPASA possui um Comitê de Gestão  
247 das Barragens (CGBC) formada por técnicos habilitados para acompanhar a estabilidade da estrutura. Ele concluiu  
248 informando que a barragem de Juramento não possui anomalias, tanto do ponto de vista técnico quanto do  
249 estrutural. Ambas as barragens são classificadas pela Agência Nacional de Águas (ANA) como sendo de categoria  
250 de risco baixo e o dano potencial associado como alto, pertencendo então à classe "A". Ademais, Roberto informou  
251 que após conclusão das obras e serviços da barragem de Viamão a COPASA manterá um programa de inspeção  
252 mensal com os mesmos critérios de monitoramento da barragem de Juramento. Tendo concluído sua  
253 apresentação, Roberto respondeu ao questionamento do vereador Sóter Magno sobre quais medidas estão sendo  
254 tomadas para manter a segurança da barragem do Córrego dos Porcos, a qual está a montante da cidade de  
255 Montes Claros. Roberto afirmou que a barragem dos Porcos, como é chamada, é uma das mais antigas da região,  
256 sua construção data do ano de 1932, e enfatizou que o principal problema enfrentado ali é a ação de vândalos  
257 que destroem as barreiras de proteção instaladas pela COPASA para acessar a área, mas que vistorias são feitas  
258 juntamente com a Polícia de Meio Ambiente para preservar a sua estrutura. Além disso, a vazão da barragem é  
259 monitorada periodicamente por técnicos da COPASA, até porque atualmente a barragem é um ponto de captação,  
260 contribuindo com 2 a 3% do abastecimento da cidade de Montes Claros, que corresponde de 19 a 20 litros por  
261 segundo. A seguir, Roberto foi indagado por um presente (não identificado) sobre a possibilidade de a COPASA  
262 assumir a barragem de Caatinga. Ele respondeu que isso só seria viável caso o serviço de abastecimento dos  
263 municípios próximos à barragem fosse cedido à concessionária, justificando assim o investimento a ser feito para  
264 recuperação da estrutura da barragem. A seguir, Maria Socorro informou que um engenheiro, residente no Bairro  
265 Morada do Parque, procurou o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas) informando que estava  
266 preocupado com a condição da barragem de Porcos utilizada pela COPASA que, em determinado momento, havia  
267 feito um prolongamento na soleira da barragem o que, no entendimento dele, comprometia a segurança da  
268 estrutura e, assim sendo, havia o temor de rompimento e inundação dos bairros próximos, inclusive e  
269 principalmente o Morada do Parque. Ela perguntou a Roberto se a informação é o temor procediam. Ele respondeu  
270 que a única intervenção feita pela COPASA na barragem foi o desassoreamento da área, cujo prazo para  
271 finalização do serviço ultrapassou quase dois anos em virtude da morosidade na liberação da Licença Ambiental.  
272 Maria Socorro perguntou ainda quais as ações de preservação e manutenção que a COPASA realiza em barragens  
273 que não estão sob sua tutela, mas que a Companhia utiliza para abastecimento das comunidades do entorno.  
274 Roberto explicou, usando como exemplo a barragem do Bananal, que a COPASA desenvolve nesses barramentos  
275 um Programa de Revitalização chamado Colmeia, com participação das comunidades da bacia e em parceria com  
276 a CODEVASF e prefeituras locais. A seguir, outro presente (não identificado) pergunta ao Roberto sobre o porquê  
277 da morosidade da finalização da barragem de Congonhas. Ele afirma mais uma vez que o investimento da COPASA  
278 não compensa o uso por outros órgãos na barragem, para isso a COPASA deveria ter um licenciamento exclusivo.  
279 Maria Socorro contrapôs dizendo que o DNOCS projetou a barragem CONGONHAS objetivando o abastecimento  
280 da cidade de Montes Claros já comprometido de anos, como é de conhecimento da COPASA. Que outro objetivo  
281 do empreendimento é a regularização de vazão dos rios Jequitinhonha e VERDE GRANDE à jusante. Que o  
282 Superintendente da Regional Norte da COPASA à época (Dr. Daniel Antunes), juntamente com alguns diretores  
283 da COPASA em Belo Horizonte estiveram em reunião com a Direção Geral do DNOCS em Fortaleza e lá,  
284 conjuntamente, elaboraram um Termo de Acordo quanto a construção do empreendimento, inclusive, quanto a  
285 possibilidade de a COPASA, possível operadora, elaborar o projeto da transposição. Esse Termo de  
286 Acordo/PROTOCOLO DE INTENÇÕES ficou de retornar à Direção Geral do DNOCS assinado pela alta cúpula da  
287 COPASA, o que não aconteceu, segundo informações; apesar da defesa do empreendimento por parte de muitos  
288 servidores, tanto que a Companhia (Gerência Montes Claros e/ou a Superintendência Regional Norte) apoiou e  
289 forneceu documentos e informações diversas sempre que necessário e muitas vezes fez a defesa do  
290 empreendimento tanto que disponibilizou 02 (dois) servidores (Monica Ladeira e José Ponciano) para participarem  
291 na Agência Nacional de Águas-ANA, juntamente conosco e outro servidor do DNOCS, na defesa do Certificado de  
292 Sustentabilidade de Obra Hídrica (CERTOH) que fora aprovado e posteriormente revalidado. Que a COPASA, em  
293 face da necessidade ampliou a capacidade de seu barramento. Roberto respondeu que de fato a Diretoria daquela  
294 época se mostrou resistente quanto a concordância desse acordo, mas que um termo reduzido foi encaminhado  
295 para a ANA e que a COPASA incluiu no seu Plano de Abastecimento uma quantia de 60 milhões para ser investidos



296 na transposição da barragem de Congonhas. Ainda sobre o assunto, o vereador Sóter Magno afirmou estar  
297 otimista diante do novo momento político que o país está vivendo e acredita que esse é o tempo oportuno de se  
298 levantar um movimento pró-barragem Congonhas. Após estas tratativas foi interrompida a Reunião para o  
299 período de almoço, a qual terá continuidade com a apresentação de representantes da MINERADORA RIACHO  
300 DOS MACHADOS – MRDM. Após o almoço, já no período vespertino, foi iniciada a referida apresentação. Seus  
301 representantes presentes – André, Náira Marques e Talita Elisei responderam prontamente alguns  
302 questionamentos sobre o empreendimento levantados pelo Sr. Rafael Chaves, quando de sua apresentação. A  
303 Sra. Náira Marques, informou que a MRDM possui a Licença de Operação e que a mesma contém setenta e uma  
304 condicionantes a ser cumpridas. Uma dessas condicionantes é o monitoramento hídrico quinzenal do PA\_30, cujos  
305 relatórios são públicos e enviados a SUPRAM/NM e ao MP. Náira complementou que estudos estão sendo  
306 realizados para avaliar todos os passivos ambientais, tais como: rachaduras nas casas, contaminação do lençol  
307 freático, etc. Logo após, Talita Elisei, responsável pelo setor de comunicação da MRDM, falou sobre os três  
308 programas da Mineradora voltados para à comunidade. O primeiro deles tem como objetivo promover visitas aos  
309 moradores do entorno da barragem a fim de conhecer suas demandas, sobretudo referentes ao bem-estar social.  
310 O segundo é chamado de Portas Abertas e estimula a visita de pessoas dos mais diversos segmentos da sociedade  
311 para conhecer a estrutura e funcionamento da MRDM. E, por fim, o terceiro programa está associado à priorização  
312 da qualificação e utilização da mão-de-obra local, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico da região.  
313 Posteriormente, André Viana, um dos engenheiros responsáveis pela barragem da MRDM, iniciou sua  
314 apresentação conceituando o termo barragem como uma estrutura transversal que tem por objetivo acumular  
315 rejeitos, que no caso da MRDM são resíduos da extração de ouro. Ele explicou que a barragem foi construída com  
316 o método de alteamento à jusante, considerado um dos mais seguros. Além disso, a barragem possui um sistema  
317 de drenagem eficiente que mantém o rejeito contido em um estado mais compacto. André informou também  
318 que a barragem possui 36 metros de altura, 550 metros de comprimento e capacidade de armazenamento de  
319 9,6 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos. A seguir, ele mostrou como funciona a extração de ouro, na qual o minério extraído  
320 das rochas é levado para uma usina de beneficiamento onde é separado de materiais sem valor comercial, os  
321 chamados rejeitos. Com relação à inspeção da barragem, André explicou que são feitos monitoramentos semanais  
322 ou até quinzenais com piezômetros indicadores de água, análise da integridade da manta, formada por uma  
323 geomembrana que cobre o solo da cava e sobre a qual é depositado o rejeito, além de inspeções de auditorias  
324 externas que atestam periodicamente a estabilidade da estrutura. Em seguida, Rafael Chaves fez quatro  
325 questionamentos aos representantes da MRDM: 1) Quais medidas estão sendo tomadas para conter os focos  
326 erosivos observados na barragem? 2) Qual a vida útil da barragem? 3) Após o encerramento da atividade  
327 minerária, qual o compromisso da empresa para manter a segurança do local e promover a recuperação  
328 ambiental? 4) O PAE contemplou treinamento para as pessoas que moram à jusante da barragem? Náira Marques  
329 respondeu que esta é uma condicionante que a Mineradora precisa cumprir e que a última simulação feita com a  
330 comunidade ocorreu em dezembro de 2018, na qual foram acionadas as sirenes e as pessoas foram orientadas  
331 a se deslocarem para um local chamado Ponto de Encontro, onde a pluma de rejeitos não alcançaria. Um presente  
332 (não identificado) enfatizou a importância da população de Janaúba e Porteirinha também serem contempladas  
333 pelo PAE já que ambas seriam muito prejudicadas caso os rejeitos de mineração atingissem a barragem Bico da  
334 Pedra. Em continuação, Náira responde aos questionamentos feitos por Rafael Chaves dizendo que quando do  
335 término da exploração de ouro pela MRDM o conteúdo de rejeitos será completamente retirado e utilizado na  
336 linha de produção. Dessa forma, ficará o maciço ou cava minerária, a qual é coberta com lona (geomembrana) e  
337 depois será feita a revegetação do local. Complementando a fala da Náira, Clésio Amaral explicou que toda  
338 mineradora possui um Plano de Descomissionamento de Barragens (PDB), o qual relaciona uma série de atividades  
339 ao longo do tempo (geralmente entre 8 a 10 anos). O Plano inclui a retirada da água e a consequente drenagem  
340 superficial pluvial, acompanhada do *top soil*. O maciço é então coberto por uma manta impermeável e, por fim,  
341 a região será reflorestada podendo, até mesmo, ser transformada em uma área de recreação. Clésio pontuou  
342 ainda que esse é um dos métodos de descomissionamento dentre os vários existentes, cabendo ao  
343 empreendimento a escolha de método mais adequado. Por fim, concluiu enfatizando que esses procedimentos  
344 não eximem a empresa de continuar apresentando os laudos que atestem a estabilidade da barragem enquanto  
345 ela estiver em operação. Logo a seguir, Alexandre Gonçalves, representante da Pastoral da Terra, perguntou aos  
346 representantes da MDRM sobre qual o posicionamento da empresa frente ao laudo apresentado pelo Instituto  
347 Pristino que atestou rebaixamento do lençol freático na área de operação da Mineradora e ainda questionou se é  
348 a própria empresa que realiza as análises de monitoramento de contaminação dos poços. Náira respondeu que  
349 esse monitoramento é realizado por empresas externas altamente qualificadas para tal e que a Mineradora faz  
350 anualmente o processo de licitação para escolha da empresa. Em seguida, José Godrim, representante da  
351 EMATER, questiona como é feita a inspeção da manta de impermeabilização da barragem. André Vianna informou  
352 que análises regulares são feitas para verificar se existem furos na manta e, se constatados, são reparados. Logo  
353 após, João Batista, representante da EPAMIG, mencionou que em uma audiência pública, a MRDM firmou um  
354 Termo de Ajustamento de Conduta-TAC que a incumbia de fornecer água potável para a população do entorno



355 do empreendimento que sofrera com o secamento de mananciais e poços desde o início das atividades da  
356 Mineradora. Naira informou que essas pessoas estão recebendo água potável de caminhão pipa, mas que a MDRM  
357 pretende construir barraginhas para atender essas comunidades. Clésio Amaral informou que as licenças dessas  
358 barraginhas já foram concedidas pela SUPRAM/NM e que cabe agora à empresa proceder com as obras.  
359 Posteriormente, Adauri, representante da Câmara Municipal de Janaúba, sugeriu que a COPASA fizesse um laudo  
360 trimestral da qualidade da água do Gorutuba e que uma audiência pública fosse convocada para que as questões  
361 discutidas na reunião se transformassem em ações efetivas pelas partes responsáveis. Encerrados as discussões  
362 e questionamentos a Secretária MARIA SOCORRO MENDES A CARVALHO retomou a palavra para, na sequência,  
363 retornar as sugestões de **ENCAMINHAMENTOS** e submetê-los à aprovação do Plenário. O primeiro  
364 encaminhamento foi proposto pelos representantes da Mineradora, no sentido é que fosse realizada uma segunda  
365 reunião objetivando elucidar algumas questões que ficaram em aberto. Anuindo, os membros do CBH Verde  
366 Grande sugeriram que a reunião fosse realizada em Janaúba para viabilizar a participação das comunidades  
367 próximas ao empreendimento, o que ficou aprovado. O segundo encaminhamento foi proposto por Horácio Cristo,  
368 no sentido de requerer à COPASA a realização de análises trimestrais sobre a qualidade da água do rio Gorutuba,  
369 especificamente com relação à presença de metais pesados. O terceiro encaminhamento diz respeito a acionar  
370 os órgãos gestores das outras barragens do Norte de Minas para que apresentem laudos sobre a situação atual  
371 das barragens por eles geridas. Por fim, Juliana Correia, representante da prefeitura de Verdelândia, mencionou  
372 que a barragem da COPASA no município está em situação crítica por falta de manutenção, por isso, sugeriu o  
373 quarto encaminhamento no sentido de se provocar à COPASA para dar explicações sobre essa questão. Os  
374 encaminhamentos propostos foram apreciados pelo plenário e aprovados por unanimidade. Após aprovados os  
375 encaminhamentos o Senhor Presidente do CBH Verde Grande, Dirceu Colares, retomando a fala e o tema desta  
376 Reunião Extraordinária, pontuou que diante do rompimento da barragem da VALE S/A, em Brumadinho, está  
377 ocorrendo uma grande mobilização do CBH São Francisco para que o modelo de atividade minerária desenvolvida  
378 no Brasil seja mais seguro para a população e o meio ambiente. Afirma ainda que, como membro da Câmara  
379 Regional Consultiva do Alto São Francisco (CCR Alto), se esforçará para trazer à bacia do rio Verde Grande as  
380 medidas adotadas pelo CBH São Francisco. Na sequência, o Presidente agradeceu a participação de todos os  
381 membros e convidados e deu por encerrada esta reunião extraordinária do CBH Verde Grande, sobre a qual, a  
382 secretaria DO CBH, lavrou a presente ata.

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396

397

398

  
**Dirceu Colares de Araújo Moreira**  
Presidente / CBH Verde Grande  
**Maria Socorro M. Almeida Carvalho – DNOCS**  
Secretária Executiva / CBH Verde Grande

**ATA DE REUNIÃO APROVADA EM 01/10/2019**